

Logística Reversa de Medicamentos

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Abril de 2017

Princípio da Responsabilidade Compartilhada pelo Ciclo de Vida dos Produtos

A aplicação do princípio da responsabilidade compartilhada, conforme previsto na PNRS, significa que não apenas o Poder Público, mas também todos aqueles envolvidos na cadeia de produção – indústrias, importadores, distribuidores, comerciantes –, além dos consumidores, devem adotar medidas para reduzir o volume de resíduos sólidos gerados, aumentar a reciclagem e reutilização de resíduos, e dar destinação de forma ambientalmente adequada aos rejeitos.

Logística Reversa

É um instrumento da PNRS, que visa a aplicação do princípio da responsabilidade compartilhada por meio do qual o produto retorna à cadeia produtiva após o seu descarte pelo consumidor.



Operacionalização dos Sistemas

O Decreto 7.404/2010, que regulamenta a Lei 12.305/2010 definiu que os sistemas de logística reversa serão implementados e operacionalizados por meio dos seguintes instrumentos:

- **acordos setoriais;**
- **regulamentos expedidos pelo Poder Público;**
- **termos de compromisso.**

Logística Reversa de Medicamentos

- O Parágrafo 3º do artigo 33 da Lei 12.305/2010 estende acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o **grau e a extensão do impacto à saúde** pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.
- Tendo em vista o enquadramento dos medicamentos descartados pelo consumidor nesse caso, o Ministério da Saúde propôs ao CORI, após manifestação favorável do setor de medicamentos, a implementação da logística reversa dessa cadeia.

GTT de Medicamentos

- Em 05/05/2011 foi instituído o Grupo de Trabalho Temático GTT para a implementação da Logística Reversa de Medicamentos sob a coordenação do Ministério da Saúde;
- Esse grupo promoveu 9 reuniões com a presença de representantes da indústria, comércio e distribuidores de medicamentos, governos estaduais e federal e sociedade civil.
- Após dois anos de trabalho, foram concluídas as seguintes atividades:
 - (i) inventário preliminar para o levantamento de dados e mapeamento de experiências nacionais e internacionais sobre a logística reversa de medicamentos;
 - (ii) criação de 15 Grupos de Trabalho para promover iniciativas estaduais;
 - (iii) elaboração do EVTE para a cadeia elaborado pelo Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia - NEIT/IE - Unicamp; (em parceria com ABDI)
 - (iv) realização, em 22/11/12 do Seminário “Resíduos de Medicamentos – Oportunidades e Parcerias”;
 - (v) projeto de coleta amostral subsidiário à construção do texto de acordo setorial.

Edital de Chamamento

- O Ministério do Meio Ambiente publicou, em 10 de outubro de 2013, o Edital de Chamamento para Elaboração do Sistema de Logística Reversa de Medicamentos com prazo de 120 dias para apresentação de propostas, prorrogados por mais 60 dias, por solicitação do setor farmacêutico;
- Em abril de 2014, foram recebidas 3 propostas do setor:
 - (i) proposta dos representantes da **indústria farmacêutica** representada pelas seguintes entidades: SINDUSFARMA, ABIMIP, ALANAC, FARMABRASIL, INTERFARMA, PRÓGENÉRICOS, SINDICIS, SINDIFARGO, e SINDUSFARQ;
 - (ii) proposta dos representantes do **comércio farmacêutico** representado pelas seguintes entidades: ABRAFARMA, ABCFARMA, ABRAS E CNC;
 - (iii) Proposta dos representantes dos **distribuidores de medicamentos** representados pela ABAFARMA e ABRADILAN.

Resultado da Avaliação das Propostas

- As três propostas avaliadas não possuíam o encadeamento necessário para propiciar o gerenciamento adequado dos resíduos de medicamentos desde o descarte até a disposição final dos rejeitos;
- responsabilidades atribuídas aos outros membros da cadeia e ao governo;
- condicionantes à assinatura do acordo setorial relacionadas a alterações da legislação (periculosidade dos resíduos de medicamentos; ao transporte de resíduos perigosos; isenções fiscais e tributárias);
- falta de clareza quanto à forma de gestão e funcionamento do sistema;
- ausência de plano de comunicação.

Tratativas posteriores à avaliação das propostas

Realização de 4 reuniões com membros do setor farmacêutico (indústria, comércio e distribuidores) sem consenso.
22/10/2014; 19/05/2015; 07/07/2015 e 08/03/2017

Proposições do legislativo para regulamentar o tema

Projeto de Lei Nº 2.121/2011;
Projeto de Lei 2.148/2011;
Projeto de Lei Nº 2.494/2011;
Projeto de Lei Nº 5.705/2013,
Projeto de Lei Nº 6.160/2013;
Projeto de Lei Nº 7.064/2014;
Projeto de Lei Nº 6.776/ 2016;
Projeto de Lei do Senado Nº 148/2011;
Projeto de Lei do Senado Nº 375/2016.

Esforço empreendido

LINHA DO TEMPO- LR MEDICAMENTOS



LINHA DO TEMPO- LR MEDICAMENTOS

7ª Reunião
do GTT:
18/09/2012

Publicação do
Edital de
Chamamento para
a elaboração da
Proposta de LR de
Medicamentos:
10/10/2013

Recebimento
das Propostas
de LR:
Abrafarma,
Sindusfarma e
Abafarma e
Abafarma -
03/04/2014

Reunião com os
representantes do
setor farmacêutico
sobre os problemas
encontrados nas
propostas
encaminhadas e
futuros
encaminhamentos
22/10/2014

Final do
Projeto de
Coleta
Amostral:
18/09/2012

Análise e
elaboração de
relatório sobre o
conteúdo das
propostas
encaminhadas
pelo setor de
medicamentos –
23/04/2014

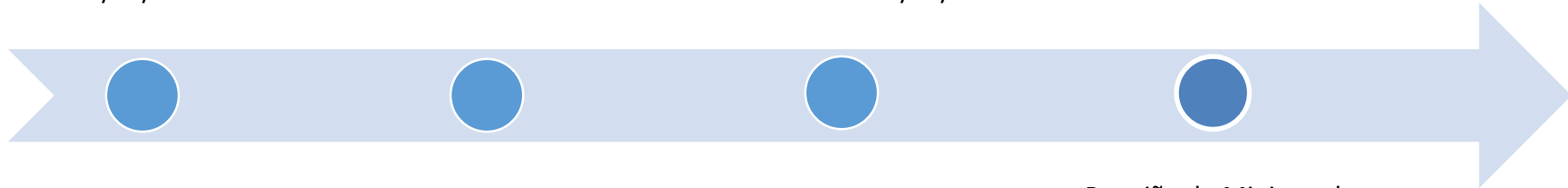
LINHA DO TEMPO- LR MEDICAMENTOS

Encaminhamento de relatório aos representantes do setor de medicamentos contendo a análise das propostas e o que será necessário ajustar/consolidar.
13/02/2015

Reunião do Secretário Executivo com os representantes do comércio farmacêutico e distribuidores: 07/07/2015

Reunião do Secretário executivo com representantes da indústria farmacêutica: 19/05/2015.

Reunião do Ministro do Meio Ambiente e da Diretora do DQAR com representantes da indústria farmacêutica: 08/03/2017.



ZILDA MARIA FARIA VELOSO

Diretora de Qualidade Ambiental
e Gestão de Resíduos

zilda.veloso@mma.gov.br

Tel (61) 2028-2117